
***Ventos de São
Fernando II
Energia S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Fernando II Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre



Ventos de São Fernando II Energia S.A.

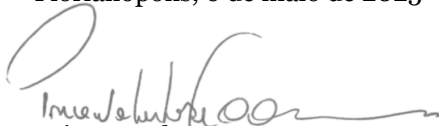
detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de maio de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Ventos de São Fernando II S.A.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.168	3.746	Fornecedores	10	3.957	3.103
Contas a receber	7	4.212	3.687	Financiamentos	12	9.998	10.720
Partes relacionadas	11	435	-	Imposto de renda e contribuição social		924	466
Tributos a recuperar		190	565	Partes relacionadas	11	4.540	96
Outros ativos		936	-	Tributos a recolher		913	146
Total do ativo circulante		12.941	7.998	Dividendos a pagar		97	96
				Total do passivo circulante		20.429	14.627
Não circulante				Não circulante			
Aplicação financeira restrita	8	5.250	6.246	Financiamentos	12	190.497	199.210
Intangível		4.084	-	Provisão para remoção de imobilizado	9	4.530	4.369
Imobilizado	9	102.872	281.443	ICMS Diferido		-	1.474
Total do ativo não circulante		112.206	287.689	Total do passivo não circulante		195.027	205.053
				Total do passivo		215.456	219.680
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	13	110.000	88.200
				Reserva de Lucro		-	20
				Prejuízo acumulado		(200.309)	(12.213)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(90.309)	76.007
Total do ativo		125.147	295.687	Total do Passivo e Patrimônio líquido		125.147	295.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Fernando II S.A.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	14	<u>33.086</u>	<u>28.807</u>
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	15	<u>(28.615)</u>	<u>(21.127)</u>
		<u>(28.615)</u>	<u>(21.127)</u>
Lucro bruto		<u>4.471</u>	<u>7.680</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(6.123)	(1.469)
Outras (despesas) receitas	15	<u>(164.819)</u>	<u>166</u>
		<u>(170.942)</u>	<u>(1.303)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		<u>(166.471)</u>	<u>6.377</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	742	1.610
Despesas financeiras	16	<u>(20.227)</u>	<u>(18.560)</u>
		<u>(19.485)</u>	<u>(16.950)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(185.956)</u>	<u>(10.573)</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	(2.160)	(1.930)
Prejuízo do exercício		<u>(188.116)</u>	<u>(12.503)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (R\$)		<u>(1,7101)</u>	<u>(0,1418)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Fernando II S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(188.116)	(12.503)
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(188.116)</u>	<u>(12.503)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Fernando II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva especial		
Saldo em 01 de janeiro de 2023		88.200	20	290	-	88.510
Prejuízo do exercício		-	-	-	(12.503)	(12.503)
Absorção do prejuízo		-	-	(290)	290	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		88.200	20	-	(12.213)	76.007
Prejuízo do exercício		-	(20)	-	(188.096)	(188.116)
Aumento de capital	13	21.800	-	-	-	21.800
Saldo em 31 de dezembro de 2024		110.000	-	-	(200.309)	(90.309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Fernando II S.A.Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(185.956)	(10.573)
		<u>(185.956)</u>	<u>(10.573)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	8	(716)	-
Depreciação e amortização		10.334	10.480
Impairment		164.817	-
Despesas com desmobilização do imobilizado	9	161	91
Encargos financeiros de financiamentos e empréstimos	12	13.603	14.247
		<u>188.199</u>	<u>24.818</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	7	(525)	853
Partes relacionadas a receber	11	(435)	-
Tributos a recuperar		375	-
Movimentação de outros ativos		(936)	(97)
Partes relacionadas a pagar	11	4.444	-
Fornecedores		854	1.353
ICMS Diferido		(1.474)	-
Tributos a recolher		767	(207)
Movimentação de outros passivos		1	(32)
		<u>3.071</u>	<u>1.870</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações		<u>5.314</u>	<u>16.115</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.702)	(2.343)
Pagamentos de financiamentos e debêntures - Juros	12	(13.707)	(11.919)
Encargos pagos	12	-	(14.712)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(10.095)</u>	<u>(12.859)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira a longo prazo	8	1.712	(574)
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	9	(664)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>1.048</u>	<u>(574)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento e/ou (redução) de capital social	13	21.800	-
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	12	(9.331)	-
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		<u>12.469</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>3.422</u>	<u>(13.433)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.746	17.179
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	7.168	3.746
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>3.422</u>	<u>(13.433)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto

A Ventos São Fernando II Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia RN 129, Km 9,5, S/N – Zona Rural - CEP 59592-000, cidade de São Bento do Norte/RN, constituída em 28 de novembro de 2018.

Em 17 de novembro de 2023, a Elecnor S.A., como vendedora, e a Statkraft European Wind and Solar Holding AS, como compradora, celebraram um contrato de compra e venda de ações em relação a 100% do capital social da Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U..

A transação foi estruturada por meio da celebração de um contrato de compra e venda de ações em termos e condições usuais para esse tipo de transação (“Contrato de Compra e Venda”).

Em 23 maio de 2024, ocorreu o fechamento da transação de alienação de controle indireto da Companhia já aprovado pelas autoridades brasileiras de concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômico – CADE) através do Despacho SG n° 1670/2023, proferido do Ato de Concentração n° 08700.008587/2023-14 e transitado em julgado em 12 de janeiro de 2024.

Hoje, a Statkraft European Wind and Solar Holding AS detém 100% (cem por cento) do capital social da Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U. que, por sua vez, detém uma participação indireta de 80% (oitenta por cento) das ações da Companhia.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Norte 1 Energia Ltda. (Rio Norte I), que detém 100% das ações da companhia. A Rio Norte 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador.

A Statkraft European Wind and Solar Holdings AS detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

	<u>Ações</u>	<u>% de Participação</u>
Rio Norte I Energia Ltda.	110.000.000	100%
	<u>110.000.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

A obra de construção do parque iniciou em 01 de dezembro de 2019 obedecendo ao cronograma apresentado à ANEEL. A outorga de autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a contar da data da publicação, dia 18 de dezembro de 2018.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de São Bento do Norte/RN
Leilão nº 03/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL.	Parque Eólico São Fernando 1, composto por 22 aerogeradores com capacidade individual de 3,465 MW/h iniciou sua operação em teste em julho de 2020 e operação comercial em outubro de 2020.

a) **Licenças e autorizações**

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, com fundamento na Lei complementar Estadual - LCE nº. 272, de março de 2004 e suas posteriores alterações, Legislação Federal emitiu licença de Operação Nº 2020-155494/TEC/LO-0216 com data de validade até 10 de dezembro de 2026.

O Ministério de Minas e Energia publicou a portaria nº 120, de 11 de fevereiro de 2019, autorizando Ventos de São Fernando II Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.132.033/0001-81, com sede na Rodovia RN-129, km 9,5, Fazenda São Fernando, Zona Rural, Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada São Fernando 2, no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.037075-4.01, com 69.300 kW de capacidade instalada e 30.600 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma unidades geradoras de 3.300 kW pelo prazo de 35 anos a contar da data de publicação.

1.1. **Capital circulante líquido**

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$7.488 em 2024 (R\$6.629 negativo em 31 de dezembro de 2023). Com base nas informações de projeção de fluxo de caixa, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamento e que a geração de fluxos de caixa futuro decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos.

Com base nas informações de projeção de fluxo de caixa, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista as previsões de aporte de capital para o ano de 2025, e que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamento e que a geração de fluxos de caixa futuro decorrente do contrato de fornecimento de energia, acrescida dos aportes de capital, serão suficientes para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e entende que o fluxo de caixa gerado das atividades operacionais será suficiente para arcar com as obrigações da Companhia.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 **Apresentação das demonstrações financeiras**

2.1 **Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 6 de maio de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no ACR – Ambiente de Contratação Regulado conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

2.5 Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estimada.

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.9 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) **Lucro presumido**

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas faturadas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.13 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no exercício em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada.

2.16 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback "). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação " e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs ") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliou as alterações sobre as demonstrações financeiras e não identificou impactos relevantes. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

- A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avalia os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Globe de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2024.

2.17 Nova norma contábil ainda não efetiva

A nova norma contábil é efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

(a) Custos de desmobilização dos parques eólicos

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido exercício.

(b) Vida útil do imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado com base na avaliação técnica, utilizando as taxas de depreciação de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) ou baseando-se em estudos técnicos específicos para o parque eólico, limitado ao prazo de autorização da usina. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

(c) Impairment

A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- i) Seu valor justo menos custos estimados de venda; e
- ii) Seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível”.

De acordo com a análise realizada, evidenciou-se que os ativos referentes ao parque eólico Ventos de São Fernando II estavam registrados contabilmente por valores que excediam os seus valores de recuperação, conforme teste de impairment realizado pela Companhia. Desta forma, e com base no resultado dos cálculos realizados, conclui-se pela necessidade de realizar ajustes de impairment no parque Ventos de São Fernando II para o ano de 2024.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Rio Norte I, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Fator de risco CDI	Valores expostos em 2024	Valores expostos em 2023	-50%	-25%	Cenário provável	+25%	+50%
Aplicações financeiras restritas	5.250	6.246	319	478	638	797	957
Impacto líquido	5.250	6.246	319	478	638	797	957
Taxas consideradas - % ao ano	12,150%	11,650%	6,075%	9,113%	12,150%	15,188%	18,225%
Variações adicionais no saldo contábil (*)							
Fator de risco IPCA	Valores expostos em 2024	Valores expostos em 2023	-50%	-25%	Cenário provável	+25%	+50%
Empréstimos e financiamentos	200.485	209.930	4.842	7.263	9.684	12.105	14.526
Impacto líquido	200.485	209.930	4.842	7.263	9.684	12.105	14.526
Taxas consideradas - % ao ano	4,830%	4,620%	2,415%	3,623%	4,830%	6,038%	7,245%

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 27 de dezembro de 2024 para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2024.

(ii) Risco cambial

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 2024, a Companhia realizou transações em moeda estrangeira com valores não significativos, portanto, entende que este risco está mitigado para o referido exercício.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber e aos equivalentes de caixa. Contudo, a Companhia avalia continuamente o perfil de crédito e indicadores financeiros de seus clientes, assim como o perfil das instituições financeiras com quem opera. Baseado nessas análises, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outros clientes de menor valor.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

(d) Risco operacional - Ventos

Risco decorrente de possível escassez ou excesso de ventos; a produção base dos ativos eólicos é baseada em estudos energéticos que levam em consideração a incidência média de ventos em um período, nesta metodologia é intrínseco o risco de comportamentos climáticos anômalos, que conseqüentemente causarão uma variação na produção de energia destes ativos. Da mesma forma, comportamento anômalo podem provocar (com baixíssima probabilidade), rajadas de ventos excessivas acima do dimensionamento dos ativos, o que pode causar danos aos equipamentos.

(e) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Companhia.

4.2 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.168	3.746
Contas a receber	4.647	3.687
Aplicação financeira restrita	<u>5.250</u>	<u>6.246</u>
	<u>17.065</u>	<u>13.679</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	3.957	3.103
Partes relacionadas	4.540	96
Financiamentos	<u>200.495</u>	<u>209.930</u>
	<u>208.992</u>	<u>213.129</u>

5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido pode ser verificado conforme segue:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Total dos financiamentos	200.495	209.930
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.168)	(3.746)
(-) Aplicação financeira restrita	<u>(5.250)</u>	<u>(6.246)</u>
Dívida líquida	<u>188.077</u>	<u>199.938</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>(90.309)</u>	<u>76.007</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>-</u>	<u>263,05%</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Contas bancárias em moeda funcional	4.399	61
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>2.769</u>	<u>3.685</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>7.168</u>	<u>3.746</u>

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 97% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações (93% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 Contas a receber

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia, conforme contratos firmados. A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2024.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo de mercado de curto prazo	3.782	3.687
Fornecimento de energia elétrica	<u>430</u>	<u>-</u>
Contas a receber	<u>4.212</u>	<u>3.687</u>
Apresentado por		
Ativo Circulante	4.212	3.687
Ativo Não circulante	-	-

8 Aplicação financeira restrita

Conforme previsto contratualmente, foram abertas duas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido, todas mantidas junto ao Banco do Nordeste. As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante, no montante de R\$ 5.250. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia, a rentabilidade está referenciada no CDI. No exercício de 2024 a Companhia apurou rendimentos no montante de R\$ 716 e realizou aplicações no montante de R\$ 1.712.

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado

	Taxa	2024			2023
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aerogeradores	6,22%	210.789	(145.347)	65.442	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	91.920
Desmobilização Aerogeradores	-	-	-	-	1.061
Linhas de transmissão	3,33%	72.997	(47.386)	25.611	2.795
Máquinas e equipamentos	3,33%	24.472	(12.812)	11.660	185.060
Outros ativos	14,68%	474	(290)	184	607
		308.732	(205.835)	102.897	281.443

	Imobilizados em curso	Máquinas e equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Desmobilização	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	191.928	-	-	95.328	1.139	733	289.128
Adições	-	-	2.795	-	-	-	-	2.795
Reclassificação entre classes	-	(1)	-	-	-	1	-	-
Depreciação	-	(6.867)	-	-	(3.408)	(79)	(126)	(10.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	185.060	2.795	-	91.920	1.061	607	281.443
Adições	2.234	-	-	-	-	-	-	2.234
Transferências para intangível	(5.351)	-	-	-	-	-	-	(5.351)
Reclassificação entre classes	3.117	(172.584)	37.532	228.055	(91.920)	(3.856)	(344)	-
Impairment	-	-	(9.487)	(154.239)	-	-	-	(163.726)
Depreciação	-	(816)	(2.434)	(8.399)	-	-	(79)	(11.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	11.660	28.406	65.417	-	(2.795)	184	102.872

(a) Custo de remoção de imobilizado

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas são compostos a partir de informações disponíveis para o custo de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado em curso, e foi constituída de acordo com o andamento da obra ao imobilizado em andamento, totalizando uma provisão para remoção no valor de R\$ 4.530 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.369 em 31 dezembro de 2023)

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

Como resultado, foi reconhecido um ajuste de impairment no valor de R\$ 163.726, com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, para refletir a perda de valor dos ativos no exercício de 2024. Este reconhecimento visa assegurar que os ativos estejam refletidos por valores realistas, de acordo com a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros.

O valor recuperável foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração até o período de vigência da autorização. Como premissas-chaves para cálculo do valor em uso foram consideradas as estimativas de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto.

9.2 ICMS Diferido

No exercício de 2023, a Companhia possuía ICMS diferido no valor de R\$1.474 referente às operações de aquisição interestaduais, de máquinas e equipamentos, referente ao diferencial de alíquota. A Companhia efetuou o pagamento do referido saldo no exercício de 2024.

10 Fornecedores

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Fornecedores de materiais e serviços	3.957	3.103
	<u>3.957</u>	<u>3.103</u>

11 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia e sua controladora. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ativo Circulante		
Contas a receber		
Statkraft Comercialização de Energia S.A..(iv)	435	-
	<u>435</u>	<u>-</u>

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Statkraft AS (ii)	965	-
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	3	-
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia LTDA. (i)	72	76
Elecnor do Brasil Ltda (iii)	-	20
Rio Norte I Energia Ltda (i)	3.500	-
	<u>4.540</u>	<u>96</u>
Dividendos a pagar		
Rio Norte I Energia Ltda	97	96
	<u>3.597</u>	<u>96</u>

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita		
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (iv)	1.414	-
Elecnor do Brasil Ltda (iii)	-	232
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (i)	-	980
	<u>1.414</u>	<u>1.212</u>
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo com serviço de partes relacionadas		
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (i)	(647)	-
	<u>(647)</u>	<u>-</u>
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	(8)	-
Statkraft AS (ii)	(966)	-
	<u>(974)</u>	<u>-</u>

- (i) Saldos referentes a contratação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) e rateio de custos administrativos.
- (ii) Saldos referentes a contratação de serviços com partes relacionadas no exterior.
- (iii) A empresa Elecnor do Brasil Ltda deixou de ser parte relacionada quando realizada a venda para o Grupo Statkraft conforme descrito no contexto operacional.

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Transações de vendas de energia operacionalizadas como estratégia comercial.

11.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

12 Financiamentos

A movimentação do financiamento pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	222.312
Pagamento principal	(11.918)
Pagamento juros	(14.711)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	14.247
Saldo em 31 de dezembro de 2023	209.930
Pagamento principal	(9.331)
Pagamento juros	(13.707)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	13.603
Saldo em 31 de dezembro de 2024	200.495
Apresentado por:	
Passivo circulante	9.998
Passivo não circulante	190.497

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de dezembro de 2024	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Banco do Nordeste (BNB)	6.246	6.680	7.326	7.990	162.255	190.497
	6.246	6.680	7.326	7.990	162.255	190.497

Garantias

As garantias apresentadas pela companhia conforme contrato nº 35.2019.925.25759, celebrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A e Ventos de São Fernando II Energia S/A, seguem reproduzidas abaixo:

- CCONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS e COMERCIALIZAÇÃO DE RECEBIVEIS celebrado entre o emitente/creditado e o banco, no qual dará em garantia os direitos creditórios relativos ao provenientes dos CCEARs decorrentes do Leilão A-6/2018 – ANEEL.
- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO celebrado entre o emitente/creditado e o banco, o qual dá em garantias os direitos emergentes oriundos das Concessões/Autorizações concedidas pelo órgão regulador,

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relativas ao empreendimento objeto do financiamento;

- CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, celebrado entre o banco e a(s) acionista(s) do emitente/creditado;
- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES celebrado entre o emitente/creditado e o banco, que dá em garantias os direitos emergentes decorrentes dos contratos firmados para a implantação, operação e manutenção, relativas ao empreendimento objeto do financiamento;
- Constituição de Conta Reserva de Operação e Manutenção (O&M) em valor equivalente à maior prestação trimestral do valor anual das despesas com O&M de acordo com os contratos firmados com os fabricantes/mantenedores, a qual será vinculada em garantia de cessão fiduciária mediante aditivo a este instrumento, a ser mantida durante todo o prazo do financiamento.

Cláusulas restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB a Companhia não possui covenants financeiros a serem cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cumpriu as cláusulas de covenants pré-estabelecidas contratualmente.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado está representado pelo montante de R\$ 110.000 (R\$ 88.200 em 31 de dezembro de 2023) e por 110.000.000 ações ordinárias nominativas (88.200.000 ações em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal. No exercício de 2024 foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 21.800 com a emissão de 21.800.000 novas ações ordinárias com valor nominal de 1,00 (um real) cada uma, subscritas pelo acionista Rio Norte I Energia Ltda.

(b) Reserva legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

(c) Dividendos

Nos exercícios de 2023 e 2024 devido a companhia apresentar prejuízos, não houve distribuição de lucros.

14 Receita líquida

Receita operacional	31.12.2024	31.12.2023
Ambiente de Contratação Regulado	34.351	29.891
PIS e COFINS	(1.265)	(1.084)

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31.12.2024</u>	<u>28.807</u>
Receita operacional líquida	33.086	28.807
15 Custos e despesas		
(a) Custos do fornecimento de energia	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(10.686)	(4.555)
Encargos setoriais	(5.346)	(5.643)
Depreciação e amortização	(9.694)	(10.484)
Seguros fianças e comissões	(783)	-
Serviços de terceiros	(1.459)	-
Outros custos	(647)	(445)
	(28.615)	(21.127)
(b) Despesas gerais e administrativas	31.12.2024	31.12.2023
Salários e encargos sociais	(29)	-
Encargos setoriais	(75)	-
Impostos e taxas	(976)	(29)
Serviços de terceiros	(3.725)	(313)
Seguros	-	(693)
Serviços de partes relacionadas	(974)	-
Estudos em desenvolvimento	(25)	-
Aluguel	(265)	-
Outros	(54)	(434)
	(6.123)	(1.469)
(c) Outras (despesas) receitas	31.12.2024	31.12.2023
Outras receitas e despesas operacionais	-	166
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	(164.819)	-
	(164.819)	166
16 Resultado financeiro		
Receitas financeiras	31.12.2024	31.12.2023

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Rendimentos de aplicações financeiras	716	1.596
Varição cambial ativa	12	14
Outras receitas financeiras	14	-
	<u>742</u>	<u>1.610</u>
Despesas financeiras	31.12.2024	31.12.2023
Juros com financiamentos	(13.603)	(14.247)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.413)	-
Despesas bancárias	(2.954)	(4.147)
Outras despesas financeiras	(2.257)	(166)
	<u>(20.227)</u>	<u>(18.560)</u>
Resultado financeiro	(19.485)	(16.950)

17 Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a empresa optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo presumido	28.100	29.685
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%
Lucro presumido	<u>2.248</u>	<u>2.375</u>
Outras receitas	2.236	3.057
Base de Cálculo	<u>4.484</u>	<u>5.432</u>
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%
Total	<u>(1.121)</u>	<u>(1.357)</u>
Outros efeitos em tributos	(558)	-
Dedução adicional IRPJ	24	24
IRPJ no resultado	<u>(1.655)</u>	<u>(1.334)</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo presumido	28.100	29.685
Presunção do lucro tributável - %	12%	12%
Lucro presumido	<u>3.372</u>	<u>3.562</u>
Outras receitas	2.236	3.057
Base de Cálculo	<u>5.607</u>	<u>6.619</u>
Alíquotas aplicáveis - %	9%	9%

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	<u>(505)</u>	<u>(596)</u>
Outros efeitos em tributos	-	-
CSLL no resultado	<u>(505)</u>	<u>(596)</u>

18 Seguros

A companhia figura como cossegurada em apólice de seguro de Riscos Operacional e Responsabilidade Civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, com vigência de 31 de março de 2024 a 31 de março de 2025. As referidas apólices tiveram recente renovação de sua vigência compreendendo o período de 31 de março de 2025 à 31 de março de 2026.

19 Lucro (prejuízo) por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(188.116)	(12.503)
Número de ações	<u>110.000</u>	<u>88.200</u>
Prejuízo por ação – básico e diluído	<u>(1,7101)</u>	<u>(0,1418)</u>

20 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis para fins de provisão e de risco possível no exercício corrente e anterior.

21 Eventos Subsequentes

Em 3 de fevereiro de 2025, ocorreu a Alteração da Diretoria Estatutária da Companhia. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a eleição do Sr. Thiago Maciel Tomazzoli, para o cargo de presidente

* * *